



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta no processo administrativo.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

Os bens que deverão ser adquiridos por meio deste processo licitatório são classificados como bens comuns, que podem ser descritos a partir de especificações reconhecidas e usuais de mercado e vendidos por diversas fornecedoras. Assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade de Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Da necessidade da contratação:

A presente contratação se justifica pelas razões de interesse público, pois a aquisição, transporte, carga e descarga de máquinas pesadas (linha amarela): retroescavadeiras, pás carregadeiras, motoniveladoras, rolos compactadores, tratores de esteira e escavadeiras hidráulicas visando atender às indicações provenientes de emendas parlamentares destinadas a políticas públicas voltadas para suprir carências de infraestrutura em diversos municípios e comunidades rurais, majoritariamente compostas por agricultores familiares. É relevante destacar a falta de infraestrutura de veículos e máquinas nos municípios e nos Perímetros Públicos de Irrigação, necessários para estimular e apoiar a produção agrícola, melhorar a trafegabilidade e segurança, revitalizar o ambiente e assegurar o abastecimento humano nessas áreas, dentro da área de atuação da Codevasf/6ªSR.

A aquisição e doação de equipamentos da linha amarela permitirão otimizar diversas atividades que atualmente carecem de equipamentos adequados nas rotinas dessas comunidades, tais como: construção e manutenção de estradas, terraplenagem, escavações, nivelamento de terrenos, espalhamento de materiais diversos, limpeza de área, corte de taludes, construção de terraços (curvas de nível), dentre outros. Estas máquinas são utilizadas para serviço tanto em áreas urbanas quanto em áreas e rurais. A estruturação dos municípios é, portanto, uma estratégia de desenvolvimento que abrange aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, uma vez que contribuem de maneira significativa com a manutenção de vias urbana/rural, favorecendo o escoamento da produção, o acesso aos pontos de comercialização, minimizando os custos de deslocamento e os prejuízos causados pela má qualidade das vias.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

A aquisição pretendida insere-se nas ações e planejamentos propostos pela Codevasf para o cumprimento dos seus objetivos e diretrizes voltados para o cumprimento da sua missão, por se tratar de uma ação que se coaduna com o desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável e corrobora para a redução das desigualdades regionais.

Consta no PEI 2022-2026 da Codevasf que a sua missão, enquanto Companhia de Desenvolvimento, é "Promover o desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável nas bacias hidrográficas, contribuindo para a redução das desigualdades". Já a visão da instituição é a de "Ser referência na execução de políticas públicas para o desenvolvimento regional".

No PEI 2022-2026, no âmbito da perspectiva "Beneficiários", entre os objetivos estratégicos (OE) estão os seguintes objetivos estratégicos: OE15 – Planejar com base em estudos territoriais e demandas da sociedade; OE16 – Apoiar a estruturação de cidades e comunidades sustentáveis; OE18 – Ampliar a segurança hídrica e a conservação ambiental; e OE19 – Contribuir para a promoção da inclusão produtiva sustentável. Assim, a ação a ser contratada, articulada com outras de forma sinérgica, está inserida neste planejamento da Codevasf.

Destaca-se que a realização de contratações frequentes, ou mesmo aquisições com entregas parceladas, se justifica na ausência de espaço físico para estocagem de todos os equipamentos ao mesmo tempo, devido ao fato de que os bens serão utilizados no atendimento às demandas espontâneas apresentadas pelos municípios em toda a área de atuação da Codevasf/6ªSR.

Da adoção pelo uso do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento, objeto desta licitação, é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta na Planilha de especificações técnicas, Quantidades e Preços Orçados (Anexo II do TR), que integra o Edital, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e a Planilha de Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos fornecimentos que serão contratados.

Da adoção do SRP (Sistema de Registro de Preços):

Adotou-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que máquinas pesadas (linha amarela), objeto da presente licitação, são considerados bens comuns, ou seja, os padrões de desempenho e qualidade são definidos por especificações usuais no mercado e estão disponíveis para compra e contratação a qualquer momento. Assim, justifica-se o uso da modalidade SRP por haver necessidade de contratações frequentes, utilizando ainda a possibilidade de entregas parceladas ou em lotes programados, que viabiliza rápida adequação a eventuais demandas de órgãos, entidades e programas de governo sem a necessidade de definir previamente o quantitativo pretendido pela administração pública, conforme preconiza o Decreto nº 11.462/2023.

O Decreto 11.462/2023 regulamentou o Sistema de Registro de Preços, em seu art. 3º, definindo que o SRP poderá ser utilizado pela Administração, quando esta julgar pertinente, especialmente nos seguintes casos:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A justificativa para adoção de SRP se dá especialmente pela aplicação dos incisos I e IV, pois, através da aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares, bem como dos recursos discricionários da Codevasf, algumas demandas ocorrem espontaneamente, sem que haja oportunidade de planejamento prévio, não sendo possível assim, a definição dos quantitativos a serem adquiridos. Por esse mesmo motivo, as contratações tendem a ser frequentes e recorrentes.

Há que se ressaltar ainda que o SRP é um procedimento que viabiliza diversas contratações de compras, esporádicas ou sucessivas, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório para cada aquisição, otimizando o tempo e os gastos com o erário.

Da contratação mínima de bens:

Por se tratar de SRP, modalidade que não prevê garantia de contratação, e por se tratar de recurso proveniente de emendas parlamentares, cujas destinações não possuem um cronograma definido, não há possibilidade de estimar quantitativo mínimo para essa modalidade de contratação.

Critério de Julgamento:

Menor preço, de acordo com Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016 e o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Esse tipo de licitação tem como objetivo buscar a proposta que seja mais vantajosa para a administração em termos de valores. Como o próprio nome diz, ganha a proposta que apresentar o valor menor pelo bem ou serviço, que no caso em tela é o que mais se adequa.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

A divulgação do orçamento se trata de aspecto importante das peças técnicas a serem fornecidas. Este processo possui definições, critérios, especificações do equipamento bem definidos que torna relevante a divulgação do orçamento.

No âmbito das contratações públicas, antes de celebrar um contrato a Administração deve definir com clareza o objeto pretendido. Logo após, deve efetuar a avaliação do seu custo em face das condições de mercado.

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

Licitação. Empresa estatal. Edital de licitação. Orçamento estimativo. Divulgação. Princípio da publicidade. Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. O TCU orienta: “sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória”, ou seja, neste processo. Não adotamos um orçamento com um critério “estimativo”, que até compreenderia subsídio para avaliar a “aceitabilidade das propostas”, mas neste caso foi objeto de diagnóstico e projeto. (grifo nosso).

Entendemos que a recomendação do TCU, mesmo tendo em vista a teleologia do regime jurídico presente na Lei nº 13.303/2016 – que institui o sigilo do orçamento como regra geral –, orienta-se às estatais nos atos convocatórios divulgaram o orçamento quando do julgamento das propostas servir de critério, como neste caso que se trata de preço máximo, entendimento ao qual nos balizamos para esse quesito.

Da não obrigatoriedade da visita:

Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato”. (grifo nosso).

Diante deste fato, bem como o tipo de objeto, entendemos desnecessária a visita, nem obrigatória e nem agendada, bem como a autodeclarada. Nessa linha, o TCU tem se manifestado no sentido de que somente pode ser exigida a visita técnica em casos excepcionais, isto é, nas situações em que a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem.

Da admissão de sociedades cooperativas:

Sim. Justifica-se a admissão da participação de sociedades cooperativas, assim disposto na Lei n.º 12.690/2012, com base na garantia do princípio da competitividade e na ampliação da concorrência entre os fornecedores, visando garantir a melhor proposta à Administração Pública.

Da permissão para participação de consórcios:

Não. A não aceitabilidade de consórcio neste TR não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de execução, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação. O serviço objeto deste TR em questão é de baixa complexidade e padronizado que justifica a ausência de consórcio e licitação por pregão eletrônico.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

A execução integral deste objeto é comumente oferecida no mercado, de modo que o cumprimento do escopo não depende da atuação de empresas diversas, não precisando adotar o consórcio como mecanismo legal de ampliação da competição.

A compreensão do cenário sobre a participação de consórcios em licitação, que passa pela avaliação de critérios de conveniência e oportunidade diante das peculiaridades do mercado em que se insere o objeto licitado é uma análise da Área Técnica de acordo com natureza do mesmo.

Da permissão para subcontratação:

Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. O objetivo dessa licitação é o fornecimento de equipamentos de especificações técnicas bem definidas e de grande circulação no mercado. Assim, pela especificidade do objeto não existem motivos, portanto, de prever serviços a serem executados por terceiros, o que impede a possibilidade de subcontratação.

Condições de participação de empresa estrangeira:

Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

Dos critérios de sustentabilidade socioambiental da contratação:

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº 1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal. Contudo, baseado no art. 82, inciso II, do RILC da Codevasf, recomenda-se que o licitante guarde observância aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no item 19 do Termo de Referência.

Dos requisitos de qualificação técnica:

Consta no Termo de Referência, no item 9.2, as exigências para a aceitação das propostas, desde que estas atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos.

As exigências de qualificação técnica contidas neste Termo de Referência se justificam em função da necessidade de seleção de empresas com capacidade técnica, operacional, executiva e experiência comprovada para execução do objeto do presente Termo de Referência, tendo em vista que os bens a serem adquiridos serão utilizados em projetos de elevada relevância para o desenvolvimento social, econômico e ambiental das regiões atendidas, tais como agricultura familiar e proteção ambiental.

Para tanto, a licitante vencedora deverá comprovar experiência, demonstrando fornecimento similar de no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo do item da licitação a que estiver concorrendo.

Entende-se que essa proporção é razoável, pois não restringe a ampla concorrência entre empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento.

Garantia de execução (caução):



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

Não será exigido recolhimento de garantia de execução, a fim de evitar a elevação do custo de cada item em 5% (cinco por cento), visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

Da capacidade econômico-financeira:

A exigência de capital social compatível com percentual dos itens que ganhou, segundo regulamentado no item 9.3 do Termo de Referência, tem o objetivo de garantir segurança a administração pública no que compete demonstrar que a empresa vencedora detém condições financeiras suficientes para cumprir com a execução do contrato. A utilização de tal critério é corroborada pela Súmula 289 do TCU, que versa sobre a exigência de índices contábeis e de capacidade financeira justificadas no processo da licitação. Além disso, o Relatório de Avaliação nº 906016 da CGU - Item 140 - aponta para os riscos de se contratar empresas com baixo capital social.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

O procedimento de pesquisa de preços para estabelecimento de valores de referência, consta no Parecer de Custos e foi elaborado de acordo com o estabelecido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da Codevasf, na Instrução Normativa N-440 da Codevasf e no Caderno de Logística – Pesquisa de Preços, elaborado pelo Ministério da Economia e na Instrução Normativa nº. 65/2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e com o art. 23 da Lei 14.133/2021.

Os valores unitários de referência dos itens do presente Termo de Referência foram obtidos por meio de consultas ao Painel de Preços do Governo Federal - Aba Materiais, por meio do sítio eletrônico <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-materiais>, aos sistemas SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e SICRO - Sistema de Custos Referenciais de Obras do DNIT. Assim, o preço de referência para cada equipamento foi obtido a partir da média aritmética simples dos valores de média ou mediana (sempre adotando-se o menor valor) dos preços obtidos por meio do Painel de Preços do Governo Federal, e dos sistemas SINAPI e SICRO.

Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas:

Os requisitos de aceitação das propostas estão definidos e descritos no Termo de Referência (TR) e na Planilha de especificações técnicas, Quantidades e Preços Orçados (Anexo II do TR).

Quanto à pontuação das propostas esse critério não se aplica, pois essa situação somente é cabível para licitações que utilizam o critério de julgamento Técnica e Preço.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

Além das obrigatoriedades prescritas pelas leis que regem a matéria estabelecida no instrumento convocatório, foi exigida a comprovação de qualificação técnica na qual a licitante comprove sua capacidade de realizar os fornecimentos contratados. Essa solicitação se justifica para que a competição seja restrita a empresas do ramo que já tenham se mostrado capazes de lidar com tal demanda.

A exigência pela apresentação de especificação técnica completa se dá devido à possibilidade de uma análise completa por parte da equipe técnica da Codevasf responsável pelo julgamento das propostas.

Os requisitos de aceitação das propostas estão definidos e descritos no Termo de Referência, no item 9, onde estabelece, como qualificação técnica, que a licitante deverá comprovar experiência, demonstrando



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

fornecimento similar de no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo do item da licitação a que estiver concorrendo. É também exigido a qualificação econômica financeira do licitante onde as licitantes vencedoras deverão apresentar capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf no item da licitação que concorrer, não sendo de forma acumulativa.

Dos critérios de reajustamento e repactuação de preços:

Caso ocorra assinatura do contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta, conforme previsto no item 14 do Termo de Referência.

Modo de disputa – aberto:

O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de (0,50%), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. O intervalo mínimo deverá levar em consideração a precificação do(s) objeto(s). Como os preços ofertados neste Edital estão acima de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) e para que haja viabilidade de competição entre os fornecedores, bem como partindo do pressuposto que o intervalo mínimo não deve ser nem tão alto que inviabilize a competição, nem irrisório a ponto de poder eternizar a disputa e/ou não ter repercussão financeira suficiente para diferenciar uma proposta da outra, entendemos que o valor determinado para o intervalo mínimo entre os lances encontra-se adequado.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

Os objetos deste instrumento foram divididos em itens, uma vez que as aquisições não possuem qualquer tipo de relação de interdependência.

Das cotas reservadas para ME/EPP – microempresas e empresas de pequeno porte:

De acordo com o Relatório de Auditoria nº 1240533/2023 - CGU, Recomendação nº 02 – Tarefa 1435974, que conclui: Diante da baixa adesão nos certames, associado à baixa capacidade de habilitação licitatória, do risco de inexecução dos contratos e dos maiores custos nas aquisições, que tornam a reserva de cotas para EPPs e MEs desfavoráveis nestes casos, instituir em normativo da Companhia a vedação de lançamento de editais com cota exclusiva para itens com valor unitário superior a R\$ 100.000,00, em especial para veículos, tratores, caminhões e máquinas pesadas, esta unidade não adotará reserva para ME/EPP para os itens que ultrapassarem o valor unitário de R\$100.000,00. Para tanto, a Resolução nº 846/2024 da Diretoria Executiva da Codevasf estabeleceu a não adoção de cota reservada à ME/EPP.

Da exigência de apresentação de assistência técnica no estado de atuação da Codevasf:

Não foi exigido como condição de habilitação ou aceitabilidade de proposta, mas quando da contratação a empresa precisa garantir assistência técnica no estado de entrega do bem. A empresa deverá fornecer nomes de estabelecimentos, quando da contratação, para assistência técnica do veículo e equipamento. Tal procedimento não restringe a competitividade das licitantes e atende ao Acórdão nº 2311/2020 – Plenário que permitia tal solicitação somente à licitante vencedora.

Ratificamos que os municípios beneficiários precisarão de assistência técnica, mas para manter a viabilidade seria no mínimo no âmbito do estado, caso contrário poderia inviabilizar a manutenção e conservação do bem.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

Sim. A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de aperfeiçoar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para aperfeiçoar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, está se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

Não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, para que o processo transcorra em tempo hábil, pois atualmente, a CODEVASF-6ª/SR, não possui quantitativo de funcionários suficiente para realizar os procedimentos administrativos necessários à realização dos trâmites exigidos para admissão de outros órgãos junto à esta licitação, o que implicaria em dificuldades para realização desta opção, ou seja, possui dificuldades operacionais para realização de trâmites para inclusão de órgão participante nesse certame.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo de 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da data do recebimento definitivo dos bens. Esse período é usual de mercado e suficiente para garantir que defeitos apresentados nesse prazo, derivados de montagem, quando couber, errada ou pelo desgaste de peças defeituosas, sejam corrigidos pelos fabricantes, sem prejuízo para os adquirentes do produto adquirido.

A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Codevasf, a substituição dos bens objetos deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.